

**OS HOMENS DA MUNICIPALIDADE E SUAS REDES SOCIETÁRIAS:
ESTRATÉGIAS E ENCONTROS FORTUITOS DA VIDA (RECIFE, SÉCULO
XIX)**

Prof. Dr. Williams Andrade de Souza
Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco/UAB-UFRPE
willandsouza@hotmail.com

As câmaras municipais no Império do Brasil eram espaços de contatos, interações e relacionamentos estratégicos dos indivíduos que por elas circulavam. Em seus átrios, os vereadores se envolviam com as coisas do município e entre si, participando dos processos e conchavos político-eleitorais e da administração local. Fora delas, os homens da municipalidade poderiam ter outros vínculos, alçados por estratégias e cálculos previamente maquinados, mas também como frutos de encontros fortuitos do cotidiano. Ao estudar a trajetória de vida de noventa e cinco vereadores que atuaram na Câmara Municipal do Recife entre 1829 e 1849, identificamos para setenta deles uma miríade de inter-relacionamentos, vínculos profissionais, participações em irmandades religiosas e/ou de caridade e em sociedades políticas, secretas, literárias, médicas e beneficentes, ente outros. A seguir, apresentaremos a diversidade e as características de parte de tais redes societárias que aproximavam – proposital ou espontaneamente – aqueles indivíduos dentro e para além do universo político da municipalidade no período em tela.

A historiografia que trabalha com o conceito de redes (COMISSOLI, 2011; MARTINS in FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO, 2007; GOUVÊA, 1998) parece entrever um sentido cognoscente intrínseco em tais fenômenos.¹ Isto é, em grande medida, interpreta-se uma prévia intenção nas relações interpessoais, sendo essas acessadas “estrategicamente” para um fim manifesto. Como nos diz Mafalda Soares da Cunha, tais “laços e conexões eram acionados com vista a atingir certos objetivos”. Sem discordar dessa perspectiva, compreendemos que ela deve ser entendida fora de amarras

¹ O presente texto aproxima-se e também diverge em alguns aspectos dessa perspectiva, uma vez que ela propõe uma conceituação a posteriori que busca nominar, descrever, analisar e explicar o fenômeno das intersecções humanas dentro de uma lógica proposital da estratégia e do cálculo manejado pelos agentes sociais nos grupos a que se vinculam.

rígidas, ou seja, como a própria autora coloca, “para que se considere que a miríade de relações interpessoais que os indivíduos detinham configurava uma rede, há que determinar a sua operacionalidade” (CUNHA In: FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 119). Nessa perspectiva, as redes de aliança, além do construto advindo de estratégia, poderiam ocorrer ao sabor do acaso, mesmo que o seu manejo pudesse ter uma intencionalidade com propósitos predefinidos. As interconexões são passíveis de identificação, tais intenções não o são facilmente.

Conforme procuramos sugerir aqui, parte dos homens que compunha a elite camarária do Recife oitocentista estava conectada por vínculos mil para além do cargo eletivo, sendo muitos deles construídos a partir de relações não necessariamente calculadas ou inseridas na lógica da obtenção de vantagens. Portanto, é preciso relativizar, ou, ao menos, ter cautela, com a ideia de cognoscência e estratégia em todas as relações e contatos observados nas trajetórias de vidas, nos vínculos familiares, nas relações societárias e afins. Para lançar luz a esta premissa, iniciemos tratando dos elos “profissionais” que interseccionavam os indivíduos estudados aqui.

Na pesquisa, verificamos que muitos dos vereadores do Recife se vinculavam a outros por meio das profissões ou atividades econômicas e suas associações. O vereador e advogado Ângelo Henrique da Silva tinha relação clientelar com camarista Manoel Joaquim Ferreira, pai do vereador José Egídio Ferreira, representando-o em casos advocatícios; enquanto que Antônio Joaquim de Mello foi advogado e procurador de Francisco Antônio d’Oliveira contra a Câmara Municipal do Recife, por esta ter multado seu cliente, alegando ter ele construído casa sem licença nem coordenação.² José Joaquim Bezerra Cavalcante aparece como fiador a Bernardo Antônio de Miranda em negociatas pela cidade. Este, por seu turno, mantinha relação financeira com Francisco Antônio d’Oliveira, participando em negócios dele com empreendimentos na cidade e envolvendo-se no pleito da compra, venda e intervenção no terreno da Alfândega Velha para a construção do chamado Cais do Ângelo (ALBUQUERQUE, 2016, p. 68).³ Já Rodolfo João Barata de Almeida era homem de confiança do irmão e

² BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 12, 17/01/1842, p. 3, c. 3

³ BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 181, 22/08/1833, p. 728, c. 2; n. 183, 26/08/1833, p. 736, c. 2.

inventariante de Ângelo Henrique da Silva, sendo este último advogado de Manoel Joaquim Ferreira.⁴

Sob o expediente da procuração, identificamos vínculos entre José Ignácio da Câmara, José Joaquim Bezerra Cavalcante e Manoel Cavalcante de Albuquerque e Mello, em que o primeiro, em diversos momentos, aparece nomeado como alguém de confiança para agir em nome dos outros dois em aquisição de letra de loteria e despacho de maço de letras de crédito sacadas.⁵ O mesmo ocorreu com Luiz Francisco de Mello Cavalcante que, indo para o Rio de Janeiro, deixou como seu procurador a Manoel Caetano Soares Carneiro Monteiro.⁶

As transações de empréstimos de capitais poderiam estabelecer ou evidenciar redes de interação, figurando ou estabelecendo uma relação de confiança entre as partes envolvidas. O negociante Luiz Gomes Ferreira se ligava por vias econômicas com Joaquim Francisco de Mello Cavalcante, por lhe emprestar uma letra de crédito de 7:550\$000 réis, com o Dr. Joaquim de Aquino Fonseca, por duas letras de 500\$000 réis, e com Antônio Gomes Pessoa, com 3:001\$000 réis a ele confiados.⁷ Já o doutor José Joaquim de Souza tinha dívida de 6:660\$000 réis com José Pires Ferreira.⁸ O comerciante de grosso trato, Francisco Antônio d'Oliveira, por seu turno, tinha uma malha de conexão bem maior com outros indivíduos que passaram pela municipalidade. Tinham dívida passiva por empréstimos tomados com ele, Francisco Gonçalves da Rocha, uma letra de crédito de 2:195\$121 réis, Manoel Joaquim do Rego Albuquerque, 659\$340 réis, José Bento da Costa, 2:439\$024 réis, Gaspar de Menezes Vasconcellos de Drummond, cinco letras de 600\$000 réis, duas de 1:200\$000, uma de 2:413\$407 e outra de 3:000\$000, Antônio Gomes Pessoa, 4:928\$647, Francisco Mamede de Almeida, 4:878\$048, Manoel Cavalcante de Albuquerque e Mello, 1:417\$429 e 5:057\$940, e José Machado Freire Pereira da Silva, 83\$320 réis.⁹ Até mesmo parentes próximos de camaristas mantinham vínculos idênticos com outros membros da Casa Local, ampliando a teia que os conectavam e as redes de reciprocidades. Francisco Amâncio

⁴ IAHGP. Inventário de Ângelo Henrique da Silva, 1879; BN. Hemeroteca Digital. DN, n. 249, 17/11/1847, p. 3, c. 4; A Imprensa, n. 80, 14/12/1850, p. 1, cc. 1-4.

⁵ BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 144, 26/05/1829, p. 458, c. 2.

⁶ BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 290, 28, 29/12/1846, p. 3, c. 4.

⁷ IAHGP. Testamento e inventário de Luiz Gomes Ferreira, 1856.

⁸ IAGHP. Testamento e Inventário de José Pires Ferreira, 1874, 1884.

⁹ IAHGP. Inventário de Maria Gertrudes de Oliveira, 1840.

Mamede de Almeida, parente do vereador Mamede de Almeida citado acima, tinha dívidas com o coronel Gaspar de Meneses Vasconcellos Drummond – 1:191\$847, e Joaquim José de Miranda – 308\$559, e Joaquim José da Costa – 84\$195, e José Joaquim Jorge Gonçalves – 178\$269, e Luiz José de Sampayo – 27\$040, e João Francisco de Albuquerque e Mello – 13\$280.¹⁰

Nos casos acima, observamos que advocacia, fiança, representação por procuração e crediário aproximavam tais personagens nos casos especificados, apontando para ligações econômicas, profissionais ou de confiabilidade circunstanciais, o que não exclui outras ligações precípuas entre eles.

Além das relações momentâneas e de conveniência (para as quais ainda poderíamos citar uma ou duas dúzias de exemplos, mas o espaço não nos permite), identificamos variadas interlocuções e os vínculos associativos de caráter mais formal e orgânico, como as companhias comerciais, aproximando diversos capitalistas até mesmo por caminhos enviesados. Foi o caso de Jacinto Moreira Severiano da Cunha, que participou do processo de anulação da empresa administradora da casa Antônio & Ca., do falecido Manuel Mathias de Freitas, da qual eram administradores Gaspar de Menezes Vasconcellos de Drummond e Caetano Pereira Gonsalves da Cunha. Nesse processo, além do envolvimento do próprio Jacinto, juiz dos órfãos, participaram também Francisco Ludgero da Paz, tutor dos órfãos, Francisco Manoel de Almeida Catanho, tutor dos órfãos, Francisco de Paula Gomes dos Santos, curador dos órfãos, e João Baptista Soares, advogado.¹¹ Ou seja, um contexto mais amplo que envolvia um processo judicial-familiar, o juizado dos órfãos, a partilha de bens e uma casa comercial ligava os destinos e ações dos camaristas envolvidos. A priori, a interconexão entre eles se deu por conta de seus afazeres no juizado dos órfãos, não sendo parte de um jogo previamente maquinado para fins expressos, isto é, uma estratégia prévia. Portanto, é possível inferirmos que a participação naquele instituto estivesse no bojo das tramas das redes, mas os seus desdobramentos em aproximar pessoas e interferir em destinos de vidas poderiam ser fruto do acaso.

A Companhia do Beberibe foi uma das empreitadas econômicas que igualmente reuniu capitalistas camaristas em vínculo associativo. O serviço de água encanada no

¹⁰ IAHP. Testamento e Inventário de Francisco Amâncio Mamede de Almeida, 1863.

¹¹ BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 106, 19/06/1835, pp. 3-4, cc. 1-3; n. 183, 25/08/1835, pp. 1-6, cc. 1-3.

Recife, proposto pela Lei nº 46, de 14 de junho de 1837, e firmado entre a Companhia do Beberibe e o governo da província, passou a fornecer o precioso líquido para vários chafarizes dispostos nos bairros centrais da cidade no ano de 1848. A tabela a seguir traz os nomes dos camaristas acionistas e/ou membros da administração da empresa.

Tabela 1: Vereadores sócios da Companhia do Beberibe

Nome	Vínculo
1. Antônio José Pires Júnior	Acionista
2. Bento José da Costa Júnior	Acionista e diretor
3. Bernardo Antônio de Miranda	Acionista
4. Dr. Joaquim de Aquino Fonseca	Acionista
5. José Pires Ferreira	Acionista e vice-diretor
6. José Ramos de Oliveira	Acionista e diretor
7. Francisco Antônio d'Oliveira	Acionista e vice-diretor
8. Luiz Francisco de Mello Cavalcante	Acionista
9. Manoel Coelho Cintra	Acionista
10. Manoel Zeferino dos Santos	Acionista
11. Dr. Simplício Antônio Mavignier	Acionista
12. Thomaz d'Aquino Fonseca	Acionista

Fonte: SOUZA, 2019, pp. 541-586.

A empreitada em tela punha em confluência a vida de muitos desses homens, o que não significa que eles não estivessem inseridos em redes pretéritas. Aliás, muitos dos indivíduos listados tinham vínculos familiares (cf.: SOUZA, 2019). No entanto, através da Cia, novas conexões eram estabelecidas, tendo como elo transversal, pelo menos, o interesse em comum que perpassava a todos eles: a ânsia por lucro, uma vez que o negócio em tela era economicamente vantajoso.

A participação na Associação Comercial de Pernambuco foi outro meio comum de contato, proteção e ampliação de negócio para os homens investigados aqui. Fundada em 1839, reunindo 22 firmas comerciais pernambucanas, 22 inglesas, 10 portuguesas, 8

francesas, 7 alemães e 5 de outras três nacionalidades, a instituição reunia importantes comerciantes, dentre eles: José Ramos de Oliveira – presidente, Gaudino Agostinho de Barros – tesoureiro/vice-presidente/presidente, Francisco Antônio d’Oliveira – presidente, José Pires Ferreira – secretário, e Luiz Gomes Ferreira – sócio. Eles interagiam entre si e circulavam naquela instituição fazendo agenciamentos políticos e econômicos em prol dos seus interesses comerciais, contribuindo com a mercancia exterior e o abastecimento interno da província (GOMES, 2016, pp. 104-105; DOURADO, 2015, pp. 50, 89-90, 92-93; FERREIRA, 2011; GUERRA, 1973, pp. 109-121; SYNOPSIS 1845, p. 376).¹²

Identificamos também muitos dos camaristas participando em instituições com fins estritos de sociabilidade e projeção social, como as irmandades religiosas ou de caridade e as sociedades políticas. Entre as agremiações não religiosas registramos quarenta e uma entidades que se subdividiam em cento e quinze ocupações repartidas entre sessenta e um homens. Muitas delas eram beneficentes, com duração e número de membros um tanto rarefeitos, pois só se manifestavam enquanto entidade uníssona diante de necessidades emergentes da sociedade local ou de fora da província.¹³ Destaque-se a Sociedade Beneficente para Subscrição aos Infelizes do Pará, cuja finalidade era suprir as necessidades dos paraenses menos afortunados envolvidos nos estragos provocados pela Cabanagem na província do Grão-Pará entre 1835 e 1840, e teve oito indivíduos vereadores participando dela com subscrições.

O cariz de beneplácito e ajuda aos necessitados permeavam os discursos e as ações dos membros integrantes daquelas agremiações caritativas, mas elas também eram um meio de se estabelecer as interconexões e a promoção do nome dos seus partícipes. Ou seja, tanto a sensibilidade ou obrigação moral/religiosa para com a assistência aos mais carentes quanto os intentos por estabelecer ou estreitar relacionamentos perpassavam os membros daquelas iniciativas.

O raciocínio também se aplica às sociedades de caráter político. Para o caso do Recife, destacamos: a Coluna do Trono e do Altar, a Patriótica Harmonizadora e a

¹² BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 157, 22/07/1839, p. 3, c. 4; Gazeta Oficial do Império do Brasil, n. 14, 06/09/1847, p. 3, c. 2; DN, n. 164, 31/07/1848, p. 3, c. 4.

¹³ Tais como a Sociedade Beneficente para Construção do Teatro Público, Sociedade Beneficente da Vila de S. João de Campos, Sociedade Beneficente de Socorro aos Acometidos pela Cólera Mórbus, Sociedade União Beneficente dos Cocheiros em Pernambuco.

Federal. Estas foram criadas para terem atuações políticas importantes no Oitocentos, pois, segundo um coetâneo ao se referir a uma congênere da Corte, “o governo por si só não poderia exercer a sua missão primordial, impunha-se a criação de um outro instrumento de ordem, de preservação social, de orientação política”, a saber, agremiações que reunissem os indivíduos de melhor estirpe e pensamento social em torno daqueles ideais (WERNET, 1978, p. 10). Pernambuco não fugia à regra, e naquelas três mencionadas sociedades trinta e oito vagas seriam ocupadas por 36 homens com passagem pela municipalidade. O quadro abaixo traz os nomes dos vereadores pertencentes a elas.

Quadro 1: Sociedades Políticas e vereadores pertencentes a elas

Sociedade		
Coluna do Trono e do Altar	Patriótica Harmonizadora	Federal de Pernambuco
1. Caetano J. F. de Morães	1. Antônio Gomes Pessoa	1. Antônio C. Machado Rios
2. João Batista Soares	2. Antônio Joaquim de Mello	2. Antônio Gomes Pessoa
3. Joaquim B. de Figueiredo	3. Antônio José Pires Júnior	3. Antônio P. M. Monteiro
4. José Gomes Leal	4. Antônio P. M. Monteiro	4. Francisco C. Machado Rios
5. José J. Jorge Gonçalves	5. Bernardo A. de Miranda	5. Francisco Ludgero da Paz
6. José Ramos de Oliveira	6. Francisco A. de Oliveira	6. Jacinto M. S. da Cunha
7. José Rodrigues do Passo	7. João Pires Ferreira	7. João F. Bastos Júnior
8. Thomás Lins Caldas	8. Joaquim J. de M. Júnior	8. Joaquim F. de M. Cavalcante
	9. José J. Rodrigues Chaves	9. José Antônio Esteves
	10. José Joaquim de Oliveira	10. José de B. F. de Lacerda
	11. José Pires Ferreira	11. José Felix de Souza
	12. Luiz Gomes Ferreira	12. José J. B. C. de Albuquerque
	13. Manoel C. S. C. Monteiro	13. José Joaquim de Oliveira
	14. Dr. Vicente F. dos G. Peixoto	14. José M. F. Pereira da Silva
		15. Luiz José de Sampayo
		16. Rodolfo J. Barata de Almeida

Fonte: SOUZA, 2019, pp. 541-586.

Em pleno funcionamento em 1829, a Sociedade Coluna do Trono e do Altar vinculava-se diretamente ao Imperador Pedro I, ao menos em defesa de seu governo e contra os liberais exaltados e republicanos. Era secreta, católica, conservadora e dita

absolutista por alguns contemporâneos (ANDRADE, 2005, p. 31).¹⁴ Mas, segundo Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca, tratava-se de uma vertente conservadora do liberalismo (FONSECA, 2016, p. 300). Dentre os oito membros listados nos jornais da época como pertencentes a ela, tomemos como exemplo Caetano José Ferreira de Morães, português naturalizado brasileiro. Advogado da Relação da Província e Provedor da Saúde, ele assinava um editorial no jornal O Cruzeiro, sob cognome “O Soldado destemido e Coluna sem receio do papão”, em que defendia “as autoridades constituídas”, e se firmava em princípios “pelo Imperador, pela religião e pela pátria”, e era inimigo, entre outros, dos “farroupilhas republicanos”.¹⁵ Destarte, temos pugnada nos representantes daquela sociedade uma imagem do ideário de unidade desejada, autoridade estabelecida e ordem espelhada na figura do imperador.

Curiosamente, todos aqueles homens estiveram na primeira legislatura camarária pós 1828, a ponto de a Casa Local ser chamada de Coluna, em referência àquela sociedade e a possível pactuação de parte de seus membros com ela e seus princípios, rendendo bravatas como a que tomamos como epígrafe deste capítulo. Em seu contrapé, após a abdicação de Pedro I, em 7 de abril de 1831, Antônio Joaquim de Mello chefiaria o partido moderado em Pernambuco e organizaria “a Sociedade Patriótico-Harmonizadora para contrariar a ação” daquela, fundando também “o periódico ‘Harmonizador’, como órgão da sociedade e do partido” (BLAKE, 1883, pp. 200-202).

A Sociedade Patriótica Harmonizadora era formada por um grupo liberal moderado (MOSHER, 2008, p. 102). Além do fundador citado, encabeçavam a agremiação: Antônio Gomes Pessôa, José Pire Ferreira, Antônio José Pires, Luiz Gomes Ferreira, José Joaquim de Oliveira, Francisco Antônio d’Oliveira, Dr. Simplício Antônio Mavignier e Dr. Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto, tomando parte do Conselho de Admissão para os novos membros dela.¹⁶ Suas reuniões eram anunciadas na imprensa, com comunicados até sobre as pautas e leituras de documentos e cartas recebidas de outras agremiações ou sócios, e se dava na casa de correligionários, como

¹⁴ BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 256, 26/11/1829, pp. 1023-1024, cc. 1-2, 1; Astréa, RJ, n. 513, 24/12/1829, pp. 2467-2468, cc. 1-2, 1;

¹⁵ BN. Hemeroteca Digital. O Cruzeiro, n. 159, 23/11/1829, p. 637-638, cc. 1-2. Outro editorial, desta vez publicado no Diário de Pernambuco, revelou que o suposto soldado era o respectivo Caetano J. F. de Morães. BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 261, 26/11/1829, pp. 1045-1048, cc.1-2.

¹⁶ BN. Hemeroteca Digital. O Olindense, n. 113, 15/06/1832, p. 496, cc. 1-2.

José Jerônimo Rodrigues Chaves, na Rua do Cabugá, demonstrando o caráter público da mesma.¹⁷

Os sócios dela diziam querer prestar “bons serviços a bem da ordem, e da consolidação do Império”, buscando acalmar os assanhados ânimos político-sociais do período (SILVA, 1867, p. 185). Por tal característica, somada a alcunha depreciativa que passou a ser associada à Coluna do Trono e do Altar, especialmente após a despedida de Pedro I, não é de se estranhar que personagens anteriormente ditos Coluna aparecessem listados nas páginas dos jornais fazendo subscrição para a Patriótica Harmonizadora. Foi o caso de José Joaquim Jorge Gonsalves, que viria se juntar a outros camaristas, pertencentes ou não daquelas instituições, com esmolos voluntárias para os órfãos de 1817 e 1824, em um franco apelo à preservação da memória emancipacionista da província naqueles dias de orfandade do imperador abdicador.¹⁸ O que dá a entender, entre outras coisas, que tais indivíduos eram maleáveis às conjunturas políticas, flexibilizando as suas posições e migrando para grupos que se projetavam com maior força local.

A sociedade Federal de Pernambuco tinha um caráter mais arrojado em suas propostas e posicionamentos, atraindo para os seus quadros 16 dos camaristas estudados. Era uma organização não secreta, fundada no contexto da abdicação e em oposição clara à Patriótica Harmonizadora (FONSECA, 2016, pp. 285, 288.). Defendia a federação, propalando a implantação de reformas federais por meio de “preceitos legais e no âmbito do Legislativo, ‘única Autoridade legítima para decretá-las’”. Assim, os seus sócios inclinavam-se para “reformas federalistas, cujo corolário traria necessariamente autogoverno, o controle das forças militares, bem como das rendas provinciais” (FONSECA, 2016, pp. 287, 290-291, 305-309). No que tange a manutenção da ordem pública, a permanência da estratificação social e a manutenção do *status quo*, não divergia das outras duas. Inclusive, membros em comum transitaram entres as duas últimas, como Antônio Gomes Pessoa e Antônio Peregrino Maciel

¹⁷ BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 229, 15/01/1832, p. 1215, c. 2; n. 70, 27/03/1833, p. 278, c. 1.

¹⁸ BN. Hemeroteca Digital. O Olindense, n. 64, 13/12/1832, Suplemento, p. 295-296, cc. 1-2. Aparecem listados: Francisco Antônio d’Oliveira, Luiz Gomes Ferreira, Joaquim José de Miranda Júnior, Bernardo Antônio de Miranda, José Ramos de Oliveira, Gaspar de Menezes Vasconcellos de Drummond, José Joaquim Jorge Gonçalves, Antônio Gomes Pessoa, Manoel Caetano Soares Carneiro Monteiro, Dr. Mavignier.

Monteiro, sugerindo, no mínimo, as estratégias daqueles homens em circular por diversas instituições, tomando parte de suas epopeias políticas e espaços de sociabilidade.

Nesses quesitos, os trinta e seis homens apresentados acima eram *experts*. Atuando naquelas instituições, especialmente nas duas de caráter público, reuniam-se regularmente, interagiam entre si e com membros de sociedades congêneres de outras localidades, trocando informações e documentos, publicando ideias, entre outros, opinavam sobre a situação política do país, da província e da cidade, defendiam projetos políticos em comum e estabeleciam ou mantinham um elo que poderia fortalecer os grupos nos quais se relacionavam.

Se as sociedades políticas tinham um caráter mais “profano” e voltado para o mundo da política ativa, irmanar-se em instituições religiosas estava imbuído de uma aura de cunho sagrado, mas nem por isso menos estratégico ou sem fundo também político. Em leitura mencionada neste trabalho, Charles Boxer apresentou as Santas Casas de Misericórdias como um dos pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa, a ponto de que a nobreza da terra ou estaria nelas ou nas Câmaras Municipais, quiçá nas duas. Como apontou Renato Franco, ser irmão de uma Misericórdia naquele contexto “era um sinal de respaldo social e, por extensão, do virtual cumprimento dos critérios de riqueza e limpeza de sangue” (FRANCO In: SANGULARD, 2015, p. 25).

As irmandades do santíssimo, ordens terceiras e misericórdias destacavam-se dentre as demais por reunir somente os membros mais prestigiosos da comunidade. Muito embora tivessem uma finalidade religiosa, com característica fundamentalmente devocional e caritativa, esta se confundia com os aspectos socioeconômicos de seus membros e se revelavam em todos os seus atos (ASSIS, 1993, pp. 56, 62). Para o caso do Recife, identificamos uma multiplicidade de irmandades e congregações religiosas nas quais a elite municipal tomou parte, conforme o quadro abaixo.

Quadro 2: Vereadores pertencentes à congregação/irmandade em comum

Congregação/irmandade Vereador	Convento do Carmo	Conceição dos Militares	S. S. da Boa Vista	S. S. Santo Antônio	S. Fr.co de Paula	Capela do Monteiro	Ordem 3ª de S. Francisco	S. Casa de Misericórdia	Sr.ª da Soledade	Sr.ª da Assunção	S. José de Ribamar	Santo Amaro	Mosteiro de São Bento	Total
1. Ângelo Henrique da Silva				x										1
2. Anselmo Francisco Peretti								x						1
3. Antônio Carneiro Machado Rios			x											1
4. Antônio Elias de Moraes				x										1
5. Antônio Gomes Pessôa									x					1
6. Antônio José Pires Júnior						x								1
7. Antônio Ricardo do Rego					x		x							2
8. Bernardo Antônio de Miranda					x									1
9. Domingos A. Neri Ferreira	x	x												2
10. Francisco Carneiro Machado Rios		x								x				2
11. Francisco Gonçalves de Morais	x							x						2
12. Francisco Mamede de Almeida							x							1
13. João Francisco Bastos Júnior				x										1
14. Joaquim Bernardo de Figueiredo										x				1
15. Dr. Joaquim de Aquino Fonseca	x		x	x										3
16. Joaquim José de Miranda	x													1
17. Joaquim José de Miranda Jr.					x									1
18. José Bento da Costa								x						1
19. José Camello do Rego Barros						x		x	x					3
20. José Egídio Ferreira							x				x			2
21. José Gomes Leal		x												1
22. Dr. José Joaquim de Souza						x								1
23. José Maurício de Oliveira Maciel				x										1
24. José Pires Ferreira		x						x						2
25. Luiz de Carvalho Paes d'Andrade												x	x	2
26. Luiz Francisco de Mello Cavalcante												x		1
27. Luiz Gomes Ferreira			x											1
28. Manoel Coelho Cintra											x			1
29. Manoel do Nascimento Costa Monteiro													x	1
30. Dr. Simplício Antônio Mavignier			x				x							2
Total	4	4	4	5	3	3	4	5	2	2	2	2	2	42

Fonte: SOUZA, 2019, pp. 541-586.

Trinta e dois vereadores pertenciam a vinte e quatro diferentes irmandades/congregações que se subdividiam em 52 postos de membresia. Ou seja, pouco mais de um terço dos indivíduos da nossa amostra (33,6%) foram identificados com vínculo com instituições religiosas. No quadro acima, elegemos 13 das que reuniram em seus róis mais de um indivíduo com passagem pela municipalidade,

ficando de fora dele apenas dois personagens, Joaquim Francisco de Mello Cavalcante, Juiz dos festejos do Glorioso Bom Jesus dos Aflitos, e o médico João José Pinto, Escrivão por devoção da Senhora da Conceição na capela do povoado do Peres, Afogados.

As instituições listadas eram centenárias, redutos tradicionais nos quais desde a colônia tiveram camaristas atuando neles. Quatro estavam nos arrabaldes do município: São Francisco de Paula, Caxangá; Senhora da Conceição da Capela do Monteiro; Nossa Senhora da Soledade e Nossa Senhora da Assunção, Estância; uma localizava-se na cidade de Olinda, o Mosteiro de São Bento; e, as demais, em maioria, nos bairros centrais do Recife. Ou seja, dos subúrbios ao núcleo citadino, lá estavam os camaristas de nossa lista atuando com o fito de promover seus nomes e remediar as suas almas com devoção e caridade.

Através das instituições religiosas, seus membros realizavam atos litúrgicos e devocionais e disseminavam obras de caridade e socorro aos necessitados, reunindo ricos e pobres em procissões e louvores e fazendo arrecadações e esmolas, especialmente por meio das manifestações públicas que promoviam e vinculavam na imprensa. Elas também socorriam as almas de seus membros e protegidos na hora da morte, com missas, rezas e sepultamentos em terra santa de seus templos. No cumprimento desse papel, tais instituições religiosas ligavam seus irmãos e devotos entre si, pondo em contato de menos aquilatados a figurões abastados locais, assim como, os aproximava também da realidade mais paupérrima da sociedade.

No quadro acima, observamos que 33% dos listados tomavam parte em mais de uma congregação ou irmandade dentre as arroladas. Portanto, ventilando a importância da pertença religiosa, eles se envolviam em várias instituições, inclusive priorizando vários espaços do município. Sobre as possibilidades de entrelaçamento que poderiam estabelecer entre si, tomemos como exemplo o doutor Joaquim de Aquino Fonseca e o mesmo José Camello do Rego Barros, que aparecem participando em três agremiações religiosas distintas, espalhando, assim, elos com muitas outras figuras com passagem pela municipalidade e também naquelas irmandades. Nelas, o primeiro conectava-se com outros dez indivíduos, três que atuavam no Convento do Carmo, três no Santíssimo Sacramento da Boa Vista e quatro no de Santo Antônio. Enquanto que o segundo

ligava-se a sete distintos personagens através da Capela do Monteiro, da Santa Casa de Misericórdia e da igreja de Nossa Senhora da Soledade. Estes não eram laços quaisquer, pois, como irmãos, eles tinham obrigações mútuas e responsabilidades fraternais uns para com os outros.

Nessas pertenças e comunhão, eles atuavam como protagonistas, como suas titulações sugerem. Luiz Gomes Ferreira, irmão da irmandade da Matriz da Boa Vista, foi um dos subscritores que se uniu a outros personagens da cidade a fim de angariar fundos e cumprir a meta da conclusão do frontispício daquela igreja. Vários camaristas participaram daquela empreitada, muitos deles não identificados aqui como pertencentes à sobredita congregação: Manoel C. Soares Costa Monteiro, Antônio J. Pires, José F. Ferreira Catão, Antônio G. Pessoa, Manoel de S. Teixeira, Luiz G. Ferreira, Dr. Simplício A. Mavignier, José R. de Oliveira, Domingos A. Neri Ferreira e José C. do Rego Barros.¹⁹

Tais protagonismos devocionais enviesavam contatos e laços de amizade, alguns esporádicos, e era igualmente proveitoso para fortalecer as instituições religiosas, assim como promover o *status* da membresia frente à sociedade local. Fazer ou propor doação evidenciava os personagens irmanados, pois as campanhas e listas dos doadores eram publicadas na imprensa, arrolando os que faziam a esmola e os beneficiados por ela, instituições ou pessoas. Tais enredos, pertença religiosa e atuação efetiva fomentavam a “distinção” e o apanágio social, fazendo das irmandades espaços de poder, representações e sociabilidade.

Ao irmanasse em uma dessas instituições os indivíduos podiam estar manejando ou construindo a trama da rede de contatos com os demais partícipes, mas também é possível que estabelecessem novos vínculos para além daqueles vislumbrados. Isto é, ao adentrar em uma instituição religiosa o membro poderia alinhar contatos com pessoas com as quais não tinha intenções pretéritas de se aproximar ou conhecer. Logo, podemos estar diante de expedientes fortuitos da vida conectando os indivíduos ao sabor do “acaso”.

Em suma, dialogando com a terminologia das “redes”, apontamos para as múltiplas participações societárias da elite municipal do Recife na primeira metade do

¹⁹ BN. Hemeroteca Digital. DP, n. 185, 29/08/1843, p. 3, cc. 3-4; n. 118, 30/05/1843, pp. 2-3, cc. 4, 1.

século XIX como “encontros” e “vínculos” (des)propositados. Isto é, deslindamos a participação daqueles personagens em sociedades econômicas, agremiações políticas, irmandades, entre outros, e entendemos que as pertenças observadas poderiam ser estratégias e maquinações com fins precípuos, mas também acasos e encontros fortuitos, ou seja, vínculos não necessariamente intencionais, desdobramentos das trivialidades da vida, ou das relações socioeconômicas, ou do exercício da religiosidade, entre outros.

O panorama que formava o mosaico das redes de aliança dos grupos sociais que circulavam pelas municipalidades oitocentistas poderia ser fruto dos desdobramentos de vínculos econômico-familiar e/ou ideológico-afetivos e/ou paternalístico-clientelar prévios, mas também advir ao sabor do acaso, redundando em unidade de esforços para alcançar propósitos em comum, criando e/ou fortalecendo laços entre os indivíduos partícipes deles. Os limites deste trabalho não nos permite desdobrar tais pormenores, mas os casos citados sugerem o intrincado das relações e contatos identificados, apontando para desdobramentos que ultrapassavam cálculos estratégicos, indicando também que muitas das conexões sublinhadas eram próprias às circunstâncias de vida nas quais os indivíduos estavam imersos.

Fontes

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital.

A Imprensa	Astréa	Diário de Pernambuco	Diário Novo
Gazeta Official do Império do Brazil		O Cruzeiro	O Olindense

Google Book.

SYNOPSIS ou deducção chronologica dos factos mais notaveis da historia do Brazil. Recife: M. F. de Faria, 1845, p. 376. Disponível em: <https://books.google.com.br>. Acesso em: 12/02/2018

Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano.

Inventário de Ângelo Henrique da Silva, 1879. Testamento e inventário de Luiz Gomes Ferreira, 1856.

Testamento e Inventário de José Pires Ferreira, 1874, 1884.

Inventário de Maria Gertrudes de Oliveira, 1840.

Testamento e Inventário de Francisco Amâncio Mamede de Almeida, 1863.

Senado Federal

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliográfico brasileiro.**

Primeiro volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. Disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 05/07/2014.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario Bibliographico Portuguez.** Tomo oitavo, Primeiro do Suplemento A-B. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p. 185.

Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242735>. Acesso em: 17/07/2018.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle de Biase. **De “Angelo dos retalhos” a Visconde de Loures: a trajetória de um traficante de escravos (1818-1858).** Dissertação (mestrado em história) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Guerra dos Cabanos.** 2ª ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife. **Série História do Nordeste do Recife**, Recife, v. 1, n. 14, 1993.

COMISSOLI, Adriano. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.).** 2011. 389 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

CUNHA, Mafalda Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). **Na trama das redes: Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DOURADO, Bruna Iglesias Motta. **Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c. 1837 – c. 1871): a trajetória do negociante João Pinto de**

lemos. 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

FERREIRA, Edgardo Pires. **A mística do parentesco**: uma genealogia inacabada: Domingos Pires Ferreira e sua descendência. Vol. 6. A teia do parentesco em Pernambuco. Guarulhos, SP: ABC Editorial, 2011. Disponível em: <http://parentesco.com.br/index.php?apg=6#31628>. Acesso em: 13/01/2018.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. **A ideia de República no Império do Brasil**: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834). Jundiaí: Paco Editorial: 2016.

FRANCO, Renato. O privilégio da caridade: comerciantes na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (1750-1822). In: SANGLARD, Gisele. et al. **Filantropos da nação**: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

GOMES, Amanda Barlavento. **A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820-1855)**. 2016. 149 f. Dissertação (Mestre em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822. **Revista Brasileira de História**. [online], 1998, vol. 18, n. 36, pp. 297-330. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29/06/2016.

GUERRA, Flávio. **O conde da Boa Vista e o Recife**. Recife: Fundação Guararapes, 1973.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos VVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs.). **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 403-434.

MOSHER, Jeffrey Carl. **Political struggle, ideology, and state building**: Pernambuco and the construction of Brazil, 1817-1850. Nebraska: University of Nebraska Press, 2008.

WERNET, Augustin. **Sociedades Políticas (1831-1832)**. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

SOUZA, Williams Andrade de. **O império das (nas?) municipalidades: as elites e o governo da cidade no Brasil oitocentista (Recife, 1829-1849)**. Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2019.